



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Divisão das Comissões



MENSAGEM Nº 20 /2007.

Proj. de Lei nº _____

Proj. de Lei Comp. Nº 390/07

Resolução _____

Decreto Legislativo nº _____

Emenda a Lei Org. Nº _____

Data 24/04/07 Horário 8:30hs

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto a apreciação e votação, o Projeto de Lei Complementar em anexo, que dispõe sobre a Criação, regulamentação e funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho - COMSEAN.

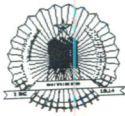
Sabemos que todo mundo tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Isso é o que se chama de Segurança Alimentar e Nutricional. Ela deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando as particularidades e características culturais de cada região. E o Brasil, como todo país soberano, faz questão de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional de seu povo, através de ações locais.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é o instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição dessas diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição, em cumprimento as Legislações Federais: Decreto nº 5.079 de 17 de maio de 2006; Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.079 de 12 de maio de 2004; Decreto nº 5.303 de 10 de dezembro de 2004; Portaria nº 960 de 10 de dezembro de 2004; e Resolução nº 3 de 07 de junho de 2005.

O CONSEA estimula que a sociedade participe da formulação, execução e acompanhamento de políticas de

[Handwritten signature]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



Segurança Alimentar e Nutricional. Considera que a organização da sociedade é uma condição essencial para as conquistas sociais e para a superação definitiva da exclusão.


Inspirado nas resoluções da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em março de 2004, o CONSEA trabalha sobre diferentes programas, como a Alimentação Escolar, o Bolsa Família, a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, a Vigilância Alimentar e Nutricional, entre outros.

Em decorrência, os Estados e Municípios devem criar os conselhos locais para tratar de questões específicas da região relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional, elaborando diretrizes para implantar a política local em sintonia com as diretrizes traçadas pelos conselhos estadual e nacional, orientando na implantação de programas sociais ligados à alimentação, estabelecendo diretrizes e prioridades e articulando a participação de toda sociedade civil.

E diante destas considerações, seguindo as orientações do Conselho Nacional de Segurança Nacional e Alimentar, visando cadastrar o Conselho Municipal, elaborou-se o Projeto de Lei em destaque, congregando os três setores da sociedade: representantes do poder público; representantes da sociedade civil organizada, ou seja, entidades ou instituições que já atuam em segurança alimentar (igrejas, sindicatos, cooperativas, ONGs, universidades etc.) e a proporção de 1/3 para poder público e 2/3 para sociedade civil.

Pelas razões expostas, atento à importância da matéria tratada, submeto à apreciação e votação de Vossas Senhorias o Projeto de Lei em anexo, pelo que rogo por sua aprovação.

Porto Velho, 23 de Abril de 2007.


ROBERTO EDUARDO SOBRINHO
Prefeito do Município



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10 DE 23 DE ABRIL DE 2007

PROTOCOLO

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº _____

Proj. de Lei Comp. Nº 390/07

Resolução _____

Decreto Legislativo nº _____

Emenda a Lei Org. Nº _____

Data 24/04/07 Horário 8:30hs.

Cria e regulamenta o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho – COMSEAN-PVH, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do Art. 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, combinado com o que dispõe o Art. 206, V, da Constituição Federal

FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprova e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho- COMSEAN-PVH, com caráter consultivo e propositivo, e deliberativo na administração dos recursos do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional, sendo vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Art. 2º. Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho – COMSEAN-PVH estabelecer diálogo permanente entre a Administração Municipal e as organizações sociais nela representadas, com o objetivo de assessorar a Prefeitura do Município de Porto Velho na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação e nutrição.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho – COMSEAN-PVH propor e pronunciar-se sobre:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



I - As diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas pela Administração Pública;

II - Os projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do município de Porto Velho;

III - As formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, para implementação de ações voltadas para o combate às causas da miséria e da fome, junto à política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades;

IV - A realização de estudos que fundamentam as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;

V - A organização e implementação da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - A elaboração, aprovação e gerenciamento do Plano de Ação da política municipal de segurança alimentar e nutricional, interagindo com as propostas do Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho;

VII - Contribuir na integração da política municipal conjuntamente com os programas de combate à fome e segurança alimentar, instituído pelos governos Estadual e Federal;

VIII - Criar câmaras temáticas para acompanhamento permanente de assuntos fundamentais na área de segurança alimentar e nutricional, e no desenvolvimento sustentável.

Parágrafo único. Compete também ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho – COMSEAN-PVH estabelecer relações de cooperação com os conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional de municípios da região, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Rondônia e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho – COMSEAN-PVH será composto por 24 membros titulares, com igual número de suplentes, sendo 2/3 de representantes da Sociedade Civil Organizada e 1/3 de representantes da Administração Pública com ação dentro do Município de Porto Velho. Terá 1/3 de convidados permanentes, na condição de Observadores, com direito a voz.

§1º. Caberá a Administração Pública Municipal definir seus representantes incluindo as Secretarias afins ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional.

§2º. A definição da representação da sociedade civil organizada deverá ser estabelecida através de Assembléia Pública, entre outros, aos seguintes setores:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



rural;

I - Movimento sindical, de empregados e patronal, urbano e

II - Associação de classes profissionais e empresariais;

III - Instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no município;

IV - Movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais;

V - Empresas de Economia Mista, Estatal, paraestatal e autarquias.

§3º. As instituições representantes no COMSEAN-PVH devem ter efetiva atuação no município, especialmente, as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.

§4º. Os (as) Conselheiros (as) serão nomeados através de Decreto, contendo a indicação dos seus respectivos suplentes.

§5º. Os (as) Conselheiros (as) suplentes substituirão os (as) titulares, em seus impedimentos, nas reuniões do COMSEAN-PVH e de suas Câmaras Temáticas, com direito a voz e voto.

§6º. O mandato dos membros representantes da sociedade civil no COMSEAN-PVH, será de dois anos, admitidas uma recondução.

§7º. A ausência às reuniões plenárias deve ser justificada em comunicação por escrito à presidência com antecedência de no mínimo três dias, ou três dias posteriores à cessão, se imprevisível a falta.

§8º. O COMSEAN-PVH será presidido, a cada dois anos, por um (a) representante da Sociedade Civil ou da Administração Pública Municipal, escolhido por seus pares. A escolha do primeiro presidente do COMSEAN-PVH será efetuada por ocasião da reunião de instalação deste.

§9º. Em seu regimento interno, o COMSEAN-PVH deverá prever a criação de uma Diretoria Executiva, com a seguinte composição: Presidência, Vice-presidência, 1º e 2º Secretário.

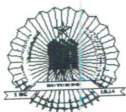
§10. A diretoria executiva será eleita por ocasião de instalação do COMSEAN-PVH.

§11. O COMSEAN-PVH terá um Secretário Executivo, nomeado pela Administração Pública Municipal.

§12. A competência e a forma de atuação dos Conselheiros, bem como de sua Diretoria Executiva e Secretaria Executiva, serão estabelecidas no Regimento Interno do alusivo Conselho.

§13. Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMSEAN-PVH, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação.

§14. O COMSEAN-PVH terá como convidados permanentes, na condição de observadores, um representante de cada um dos Conselhos Municipais existentes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



§15. A participação dos Conselheiros no COMSEAN-PVH não será remunerada, sendo os serviços prestados por seus membros considerados de relevante interesse público.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho – COMSEAN-PVH criará câmaras temáticas que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas.

§1º. As câmaras temáticas serão compostas por conselheiros (as) designados(as) pelo plenário do COMSEAN-PVH, observadas as condições estabelecidas no seu regimento interno.

§2º. Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas ao plenário do COMSEAN-PVH as câmaras temáticas poderão convidar representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos e entidades públicas e técnicas afeitas aos temas nelas em estudo.

Art. 6º. Cabe a Administração Pública Municipal assegurar ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho – COMSEAN-PVH, assim como suas câmaras temáticas, os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo, técnico e recursos financeiros, assegurados pelo orçamento Municipal.

Art. 7º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho – COMSEAN-PVH, reunir-se-á, ordinariamente, em sessões mensais e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou, pelo menos, pela metade de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias.

Art. 8º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional COMSEAN-PVH, do município de Porto Velho elaborará o seu regimento interno em até sessenta dias, a contar da data de sua instalação.

Art. 9º. Fica instituído o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho, com a finalidade de apoiar com recursos financeiros a realização de trabalhos, pesquisas, projetos e Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, voltados ao desenvolvimento de segurança alimentar e do combate à fome.

§ 1º. O Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho será constituído dos seguintes recursos:

- I – Doações de pessoas físicas e jurídicas;
- II – Dotações orçamentárias;
- III – Repasses federais;
- IV – Outras receitas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



§ 2º. O Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho será gerido pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho, COMSEAN-PVH.

§ 3º. Será nomeado pela Administração Pública Municipal, um Administrador do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

I - O administrador do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é membro nato do COMSEAN-PVH, com direito a voz.

§ 4º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho - COMSEAN-PVH terá dotações orçamentárias previstas em Lei, necessária para a efetiva concretização dos objetivos propostos.

Art.10. Fica criada a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Velho, sendo esta a instância superior de definição de propostas de ações no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, e contará com ampla articulação e participação da sociedade civil de Porto Velho.

- I - A realização da Conferência Municipal será a cada dois anos, em consonância com as orientações e deliberações do CONSEA Nacional.
- II - Referida conferência será convocada por edital, pelo Prefeito do Município de Porto Velho, conforme proposta aprovada do COMSEAN-PVH.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.